SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 17

1

AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NO DIREITO BRASILEIRO 21

1.1. Gênese das parcerias público-privadas..... 24

1.2. Desestatização e privatização no direito brasileiro..... 29

1.3. A eficiência como enfoque das PPPs..... 51

2

MUDANÇAS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES..... 55

2.1. Principais mudanças propostas pela Lei n° 14.133/2021..... 56

2.2. Impactos da nova lei nas administrações públicas municipais e estaduais 65

2.3. Efeitos da Lei n° 14.133/2021 Sobre as PPPs..... 72

3

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA PERSPECTIVA DA AGENDA 2030 DA ONU..... 77

3.1. Perspectiva da ONU sobre as PPPS 78
3.2. Desenvolvimento histórico das parcerias no contexto da ONU 83
3.3. Influência das PPPS *multi-stakeholder* na implementação dos ODS 89
3.4. Parcerias e governança global 98
3.5. Alinhamento das PPPS estaduais aos ODS 105

4

MECANISMOS DE CONTROLE DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS 113

4.1. Controle exercido pelo parceiro público 114
4.2. Atuação do tribunal de contas sobre as PPPS 119
4.3. Controle social das PPPS 124
4.4. Controle fiscal sobre as PPPS 131
4.5. Avaliação da eficiência e transparência das PPPS estaduais 136
4.5.1. O Caso Linha 4 do Metrô de São Paulo 138
4.5.2. O Caso Hospital do Subúrbio – Bahia 144
4.5.3. O Caso da Rodovia MG – 050 146
4.5.4. O Caso Atibaia Saneamento – São Paulo 148

CONCLUSÃO 155

POSFÁCIO 163

REFERÊNCIAS 165